

A caminho de um pensamento ecológico complexo para o turismo de aventura

*Lorena Macedo Rafael Dantas¹
Regina Célia Linhares Hostins²*

Resumo: O presente estudo tem como propósito discutir o turismo de aventura à luz da teoria da complexidade de Edgar Morin, articulada com a visão ecológica de Fritjof Capra, tendo em vista a necessidade de abordagens que privilegiem uma visão global, em detrimento do pensamento parcial e fragmentado, este tão alardeado pelo retalhamento das disciplinas e pelo pensamento pragmático que norteia boa parte dos estudos em Turismo. Na abordagem aqui adotada, o esforço para a compreensão do sistema de aventura, orienta-se a partir da adoção de conceitos como a integração, a interação, a auto-organização e a complexidade, no intuito de desenhar um quadro conceitual que conjugue unidade e diversidade no Turismo e represente ao mesmo tempo a amplitude, a dinâmica, as particularidades e as idiossincrasias do segmento turístico. Considera-se esta discussão pertinente para a reflexão, o planejamento e a estruturação do turismo de aventura que se apresenta como ambivalente, plural e paradoxal, na medida em que se configura ora como uma resposta às novas demandas de lazer, uma novidade, uma aventura, ora como uma prática que se aproxima do trabalho diário e da vida cotidiana marcada por desafios, disciplina e tensão.

Palavras-Chaves: Pensamento Complexo; Turismo de Aventura; Visão Ecológica.

Introdução

Apresenta-se hoje um mundo no qual se amalgamam a natureza, a tecnologia e o desenvolvimento do capital, onde surgem e tomam novos significados pensamentos filosóficos, teorias científicas e identidades culturais sob as influências da globalização, da aceleração e da instabilidade da vida. Mundo onde se evidenciam um tempo marcado pela contradição e pela hibridação, revelando a sua complexidade.

No contexto desse quadro social, as transformações no tempo de ócio e nas formas de lazer adquirem notoriedade. Em consonância com tais mudanças observa-se o surgimento de novas demandas, em função da necessidade de novas satisfações, que proporcionem

¹ Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. E-mail: lmrantas@hotmail.com

² Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. E-mail: reginalh@univali.com.br

experiências personalizadas, fortes e intensas. Tais satisfações buscadas pelos novos consumidores são contidas, de acordo com Betrán (2003), por componentes de hedonismo, vitalismo e auto-realização que produzem excitação.

Essa prerrogativa do lazer contemporâneo por experiências marcantes encontra seu denominador comum no turismo de aventura, que através de práticas de atividades de aventura proporciona o contato com a natureza e com o patrimônio cultural e suscita emoções como o êxtase e a adrenalina. Desse modo, esse segmento turístico se apresenta como uma resposta às novas demandas e está relacionado com a realização de atividades que se contrastam ou se aproximam do trabalho diário e da vida cotidiana, pois a busca por viagens diferenciadas, por desafios, a “aventura” é cobiçada na tentativa de descartar-se da rotina, de recarregar as energias, de aliviar o estresse, ou até mesmo como um aperfeiçoamento³ das habilidades de flexibilidade, rapidez e dinamismo que o mundo contemporâneo, instável e acelerado, exige.

Tendo em mente as diversas modalidades, práticas, tecnologias, motivações, símbolos, riscos e ambientes pertencentes ao turismo de aventura, é que o presente estudo desenvolve a discussão desse segmento à luz da teoria da complexidade de Edgar Morin, articulada com a visão ecológica de Fritjof Capra.

Nesse sentido, expande-se a discussão para além de alguns conceitos do fenômeno turístico, pois se objetiva representar um quadro conceitual que apreenda a dinâmica, as particularidades e as idiossincrasias do segmento da aventura, apontando especialmente que a adoção de enunciados como a interação, a integração, a auto-organização e a complexidade coadunam com o caráter multidimensional e complexo do turismo.

O pensamento complexo

O pensador francês, Edgar Morin, que se opunha à lógica disjuntiva e ao conhecimento fragmentado e especializado, introduz uma nova perspectiva de refletir e conceber os fenômenos, a que ele denominou de complexidade. A partir da prerrogativa de não ceder ao pensamento simplificante, Morin propõe o pensar complexo, em que a incerteza não é expulsa, mas é integrada, em que a dúvida não é desvalorizada, mas considerada. Ao racionalismo estrito do axiomático e da razão do século XIX acompanham, implícitas ou explicitamente, as idéias de complexidade da vida (PENA-VEGA, 2003).

³ Vide programas de treinamento Outdoor que articulam as práticas de aventura com o aperfeiçoamento profissional. Cita-se o TEIMA, Treinamento Empresarial Integrado ao Meio Ambiente, realizado pela Ativa Rafting e Aventuras Ltda, por meio da prática do Rafting. www.ativarafting.com.br/valedoitajai.

Para alcançar o pensamento complexo que se caracteriza pela união, pela conjunção e pela articulação, é necessária uma reforma do pensamento que compatibilize o conhecimento do contexto, do global, do multidimensional e do complexo com as atuais realidades multidisciplinares, transversais e planetárias (MORIN, 2005).

Conforme o autor, a contextualização das informações é imprescindível, pois estas estudadas de forma isolada perdem sentidos e para ter significado a palavra necessita de seu texto e o texto requer o contexto onde é enunciado. Em relação ao princípio do global, o autor conceitua-o como um conjunto das diversas partes relacionadas de modo inter-retroativo ou organizacional. Dessa forma, o exercício do pensar complexo exige a compreensão dos fenômenos transcendente aos referentes contextos, numa orientação para uma lente que enquadre o todo, aliada à idéia de inter-retroação das partes.

O esforço multidimensional referido denota refletir com a singularidade, com a localidade, com a temporalidade, em função de uma totalidade integrativa (PENA-VEGA, 2003). Tendo em vista que as unidades complexas se configuram em diversas dimensões, a prerrogativa do olhar multidimensional se justifica como integrador do esforço de construção do conhecimento complexo.

Segundo Edgar Morin (2005, p. 38) a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade, considerando que o *Complexus* significa:

[...] o que foi tecido junto; de fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis, constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), e há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si.

Destaca-se que o conhecimento especializado e fragmentado, em função de seus recortes, impossibilita perceber “o que foi tecido junto”. A especialização extrai o contexto dos fenômenos, ao mesmo tempo em que rejeita as relações e intercomunicações com o meio e o insere no setor conceitual abstrato que é o da disciplina compartimentada, cujas fronteiras quebram a sistemicidade e a multidimensionalidade dos fenômenos (MORIN, 2005).

Pensar o turismo, na perspectiva da especialização significa discutir a atividade na sua especificidade, nos seus segmentos, desde um único enfoque, como o econômico, por exemplo, vislumbrando suas potencialidades meramente mercadológicas ou pragmáticas. Do mesmo modo, o turismo de Aventura pensado sob essa abordagem é extraído do seu contexto e exaltado como mera mercadoria a ser consumida até suas últimas conseqüências.

Todavia, a epistemologia da complexidade não deve ser percebida como uma colcha de retalhos de diversos conhecimentos justapostos. Apresenta-se a complexidade, portanto,

como um desafio ao pensar, tendo em vista que esta pressupõe uma reformulação do pensamento, onde se privilegia as noções do global e do total, e se exclui a simplificação. Trata-se de um esforço para romper com o método da disjunção entre as partes separadas e fechadas e da redução a um elemento simples, dado o fato que a inteligência mecanicista e reducionista rompe o complexo do mundo em fragmentos disjuntivos, fragmenta os problemas, separa o que está integrado, torna unidimensional o multidimensional. “É uma inteligência míope que acaba por ser normalmente cega” (MORIN, 2005, p.43).

Dessa forma, a abordagem da complexidade propõe unir o que foi compartimentado e enfim compreender, a partir de um olhar para uma “totalidade aberta”, as inter-relações entre o todo e as partes multidimensionais.

A visão ecológica

O físico Fritjof Capra (1996) defende uma visão holística ou ecológica, que se aproxima da abordagem complexa de Edgar Morin e se afasta das visões mecanicistas e reducionistas de Descartes e Newton. Tal percepção justifica a adoção de suas idéias na presente reflexão, dado à aproximação com o paradigma da complexidade e à compatibilidade com a amplitude do turismo de aventura.

Capra (1996) expõe que se observa hoje uma revisão das concepções e das idéias nas ciências como parte de uma transformação cultural e social muito mais ampla, pois o paradigma que está retrocedendo gradativamente perpetuou o conhecimento por centenas de anos, durante os quais modelou a sociedade ocidental e influenciou o restante do mundo. A nova visão apreende o mundo como um todo integrado e não como uma coleção de partes dissociadas. “A percepção ecológica reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos e o fato de que, enquanto indivíduos e sociedades estão todos encaixados nos processos cíclicos da natureza” (CAPRA, 1996, p.25).

Apesar de adotar as expressões “holístico” e “ecológico” para designar o novo paradigma, Capra (1996) esclarece que estas se diferem ligeiramente, pois a visão “ecológica” transcende a noção da totalidade e da interdependência das suas partes, ao denotar instantaneamente a inter-relação com o ambiente natural e social. Ademais, o sentido da palavra “ecológico” utilizada por Capra (1996) associa-se com o conceito de “ecologia profunda” da escola filosófica fundada por Arne Naess, no início da década de 70⁴.

⁴ A ecologia rasa percebe o ser humano como localizado fora da natureza, o que a torna antropocêntrica, e a ecologia profunda não faz esta separação por compreender o mundo como uma rede de fenômenos

É pertinente destacar que esta abordagem “ecológica”, já na ciência do século XIX, ficou conhecida como “sistêmica”, e a maneira de pensar que ela sugere foi nomeada de pensamento sistêmico. Dessa forma, um sistema passou a significar um todo integrado cujas propriedades essenciais nascem das relações entre suas partes (CAPRA, 1996). As propriedades das partes, conforme enuncia o autor, não são propriedades intrínsecas, porém só podem ser entendidas em seu contexto. Tal compreensão pressupõe ao exercício de pensar sistêmico a característica de contextualização dos fenômenos no meio referente.

No que se refere à adoção dos diferentes termos ecológico e sistêmico, para fins do presente estudo, optou-se por apresentá-los como sinônimos, porém adotar-se-á com mais frequência o “ecológico”, por instantaneamente sinalizar a relação homem e natureza.

Considerando-se os princípios da visão ecológica, fundamentados nas concepções de Capra (1996), representados pela interdependência, pelo fluxo contínuo de recursos (reciclagem), pela cooperação, pela parceria, pela flexibilidade, pela diversidade e pela sustentabilidade, propõe-se um diálogo entre a presente abordagem e o paradigma da complexidade.

A perspectiva do pensar ecológico complexo sinaliza para um processo dialético irreduzível e incontornável entre o humano e a natureza, como aponta Morin (2005): “o homem está na natureza; a natureza está no homem”; ressignifica o conhecimento, diferindo-o da ciência da simplificação e dos princípios de ordem, clareza, distinção, disjunção que a constituem; e aproxima-o dos valores da cooperação, integração, interdependência, multidimensionalidade que a visão ecológica amparada no paradigma da complexidade enfatiza.

O turismo de aventura à luz do pensamento ecológico complexo

Discutir o turismo de aventura à luz da teoria da complexidade e da visão ecológica requer um esforço focado no todo complexo e nas inter-relações das partes que constituem esse segmento, como também no contexto em que ele se realiza. Com o intuito de organizar a presente reflexão optou-se por estruturá-la em função da configuração e da dinâmica do segmento turístico e do sujeito, o turista.

Inicialmente, destaca-se a notória problemática de definição deste nicho turístico, dada às contradições e imprecisões evidenciadas no mercado e na academia. O principal conflito

interconectados e interdependentes. “A ecologia profunda reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos apenas como um fio particular na teia da vida” (CAPRA, 1996, p. 26)

que se confirma ao tratar da conceituação deste setor se baseia na dificuldade em unificar a percepção de aventura de um grupo, pois ela é particular e sua compreensão apresenta variações de indivíduo para indivíduo com base em suas histórias, tradições e culturas.

Swarbrooke et al. (2003) enfatizam que o caráter inovador da viagem de aventura necessita de uma abordagem extensiva, desobstruída das limitações contidas nos conceitos habituais. “As fronteiras que o turismo de aventura está forjando nos obrigam a reavaliar o valor das definições tradicionais” (SWARBROOKE et al, 2003, p. 7).

Nesse sentido, considera-se a definição proposta por Millington et al. (2001) citada por Swarbrooke et al. (2003, p. 27), cuja viagem de aventura é vista como:

[...] uma atividade de lazer que ocorre em um destino original, exótico, remoto ou selvagem. Tende a ser associada aos altos níveis de atividade participante, especialmente em ambientes ao ar livre. Os viajantes têm a expectativa de enfrentar vários níveis de risco, emoções, tranquilidade e de serem pessoalmente testados. Mais especificamente, eles são desbravadores de partes intocadas e exóticas do planeta e também estão em busca de desafios pessoais.

Observa-se, a partir desta abordagem conceitual que o turismo de aventura conjuga a atividade com o espaço onde esta se realiza (ambiente que proporcione a exploração e a descoberta) e o nível de dificuldade da ação a ser exercida pelo turista (expondo o desafio) com as emoções que a viagem proporciona, a partir do risco e da condição incerta. Dessa forma, pode-se destacar como componentes da definição deste segmento turístico a necessidade de ação e de engajamento por parte do viajante, a exposição ao risco e perigos e a imersão em emoções fortes.

A atual definição proposta pelo Ministério do Turismo (BRASIL, 2005, p. 10) expõe como turismo de aventura “as atividades turísticas decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter não competitivo”. Percebe-se que o enfoque dado pelo Ministério reduz as particularidades deste segmento turístico às atividades de aventura. Mas o que são as atividades de aventura?

O conjunto de vivências realizadas em cenário natural ou urbano que proporcionam emoções fortes, sensação de risco e configuram a experiência de aventura apresenta diversas denominações, sendo predominantemente chamado de esportes de aventura ou atividades de aventura.

Betrán (2003, p. 163) esclarece alguns dos termos e significados dados como sinônimos deste elemento constitutivo do turismo de aventura: “esportes de aventura”, referem-se à busca de incerteza e risco; “esportes em liberdade”, relaciona-se à inexistência de entidades oficiais responsáveis pela regulamentação e à ampla possibilidade de práticas na

natureza; “esportes californianos”, sinaliza a origem de algumas destas práticas; “esportes selvagens”, indica o aspecto natural, aberto e incerto de sua prática.

Todavia, o autor supracitado defende a utilização de um termo que possa identificar essas práticas em todo o mundo e propõe a adoção da expressão “*Atividades Físicas de Aventura na Natureza*” (AFAN), em oposição aos esportes de aventura por considerar que essas práticas diferem do modelo corporal em que se baseiam os esportes, pela motivação e as condições da prática, pelos objetivos e pelo meio onde são desenvolvidas. O espaço natural evidenciado na concepção de Betrán se justifica pela predominância deste sobre o urbano na prática de aventura.

Para Villaverde (2003) o termo proposto por Betrán não parece atender satisfatoriamente às exigências semânticas desejáveis, pois as palavras conjugadas “atividades físicas” parece-lhe ter significação limitada, além de não remeter às diversidades de ações motoras presentes nestas práticas corporais. Dessa forma, Villaverde (2003) sugere, mesmo que provisoriamente, a adoção da expressão “*práticas corporais de aventura na natureza*”; cuja representação teórica das palavras práticas corporais sinaliza diretamente para uma ação intencional na qual se encontra expressa a dimensão corporal e motriz do indivíduo envolvido. A complementação “de aventura na natureza” indica o espaço preponderante, como já foi exposto, e o sentido de aventura e risco.

Nota-se, portanto, que os conflitos conseqüentes da indefinição de um núcleo semântico para a representação das práticas corporais de aventura se fundamenta na ausência de fronteiras claramente definidas entre este segmento turístico, algumas técnicas esportivas e as atividades físicas. Nesse sentido, o consenso definitivo sobre o termo requer a participação da população, do trade e das instituições envolvidas e deve atentar para um significado universal, em ambiente de operação, em abrangência e particularidades das práticas.

Outro fator relevante e que corrobora para a problematização deste segmento turístico é o aspecto do risco inerente às práticas de aventura. A incerteza própria do ambiente natural aliada às inversões corporais e sensações insólitas de desequilíbrio⁵ conseqüente das práticas de aventura implica na determinação do nível do risco das atividades e, conseqüentemente, na configuração da aventura pessoal. Não obstante, este elemento (risco) compõe a motivação de muitos turistas por causar a descarga de emoções fortes como a adrenalina. Por sua vez, é a presença do perigo que determina o risco e assegura a imprevisibilidade do resultado.

⁵ Refere-se às condições de inversão, instabilidade, velocidade, desequilíbrio que as práticas de aventura proporcionam e que são análogas às condições corporais e percepções cotidianas. Pode-se citar como exemplo as sensações advindas das ações de pular de uma ponte amarrada numa corda.

Considerando como referência a norma OHSAS 18.001 (Occupational Health and Safety Assessment Series), no contexto da Saúde e Segurança Ocupacional (SSO), o Ministério do Turismo (2005, p. 19) apresentou os conceitos a seguir:

Perigo: fonte ou situação com potencial para provocar danos em termos de lesão, doença, dano à propriedade, dano ao meio ambiente do local de trabalho ou uma combinação destes.

Risco: combinação de probabilidade de ocorrência e da(s) consequência(s) de um determinado evento perigoso.

Tal diferenciação auxilia na realização do gerenciamento dos riscos, haja vista que mediante diversas estratégias e procedimentos de prevenção, os riscos podem ser minimizados. Para que a atividade continue sendo uma aventura, o seu processo de gerenciamento de risco precisa determinar níveis aceitáveis de exposição de clientes aos riscos, das empresas e do meio ambiente, garantindo a experimentação das fortes emoções.

Nesta perspectiva, evidencia-se a necessidade de uma legislação eficaz aliada a um sistema de fiscalização eficiente da operação destas práticas de aventura, que objetive assegurar a integridade física dos turistas, identificar as responsabilidades jurídicas, garantir a integridade das empresas responsáveis e, por consequência a sobrevivência do segmento.

No cenário brasileiro de aventura, em dezembro de 2003, o Ministério do Turismo assinou um convênio com o IH - Instituto de Hospitalidade, visando a elaborar um diagnóstico da atividade de turismo de aventura no país, identificar os aspectos críticos da operação responsável e segura deste segmento e desenvolver um conjunto de normas técnicas no âmbito da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas - que contemplassem tais aspectos críticos. Por meio deste conjunto de normas o Ministério objetiva subsidiar o processo de certificação de profissionais, organizações, produtos e equipamentos relacionados ao turismo de aventura e implementar um processo de capacitação. Tais esforços contribuem para a qualificação do setor e a valoração da experiência turística de aventura, pois podem representar proteção para os turistas, para as empresas e para o ambiente natural.

Embora o turismo de aventura possa ser realizado no espaço urbano, o ambiente natural predomina como cenário destas viagens. As condições de incerteza e instabilidade que a natureza oferece e que potencializam as sensações de adrenalina e de aventura justificam a predominância das práticas de aventura neste ambiente. Dessa forma, locais de natureza virgem, intocada ou exótica são possíveis destinos por apresentarem elevado potencial para a realização das práticas de aventura, dada à presença de animais selvagem, as dificuldades de acesso e locomoção nos lugares remotos e as intempéries da natureza.

Em função da demanda por ambientes naturais desconhecidos, Jesus (2003) argumenta que os esportes de aventura tendem a apresentar uma territorialidade provisória e leviana e acabam por multiplicar tais lugares. Esta concepção se justifica na medida em que o interesse que motiva estas viagens se baseia na descoberta, na novidade, e dessa forma quando os ambientes passam a serem explorados e conhecidos se observa um posterior abandono. Não obstante, os espaços naturais que proporcionam as sensações de instabilidade, de risco, de desafio, são circunstancialmente locais de natureza frágil e por sua vez de maior potencial de riscos à natureza e às comunidades locais.

Nesse sentido, somente a partir da compreensão da organização e da dinâmica territorial dos esportes de aventura é que se pode discutir e avaliar os impactos de cada atividade e as formas de minimizá-los (JESUS, 2003). A apropriação efêmera da natureza pelo turismo de aventura torna-o de difícil monitoramento, condição imprescindível para minimizar os impactos sócio-ambientais e assegurar a conservação da biodiversidade local.

A complexidade do sistema turístico da aventura se fundamenta também na diversidade de espaços naturais, de modalidades de práticas de aventura e de técnicas adotadas. As variações topográficas, as conjunções de rios e cachoeiras, a heterogeneidade faunística, ou seja, a abundância de elementos naturais distintos influencia diretamente na oferta do turismo de aventura. Tendo em vista que as atividades de aventura podem se realizar em diferentes planos físicos: água, terra, ar, aproveitando as energias que os recursos naturais liberam, compõe-se assim a unidade complexa do segmento.

Neste contexto, observa-se a interdependência dos componentes espaço, atividade e técnica, na medida em que as variações nas partes implicam em transformações nas suas características de organização. Para exemplificar esta idéia é preciso observar a dificuldade em elencar todo o conjunto de práticas de aventura, ao mesmo tempo em que se desenvolvem diariamente novas tecnologias e descobrem novos ambientes.

No que se refere às tecnologias, vale ressaltar a sua condição essencial para a realização das atividades de aventura. Marinho (1999), citado por Jesus (2003), enfatiza que foi o avanço tecnológico que propiciou ao ser humano tais experiências inéditas em meio natural, como também promoveu o surgimento de novas práticas esportivas. Ademais esta íntima relação com as tecnologias também é um fator diferenciador das práticas esportivas de aventura das tradicionais.

Nesta perspectiva, pode-se observar em que medida o turismo de aventura se desenvolve dentro do quadro de mudanças da sociedade contemporânea numa lógica

dialética. Sendo assim discute-se, em seguida, o processo dialógico entre a sociedade contemporânea, o sujeito (o turista) e o segmento do turismo de aventura.

Sociedade contemporânea, sujeitos e turismo de aventura: um complexo diálogo e uma significativa expressão do nosso tempo

A aproximação do atual quadro social com o fenômeno do turismo de aventura se revela na exacerbação de alguns valores sociais contemporâneos como o consumismo, a efemeridade, a imponderabilidade, o corpo informacional, o hedonismo e a reflexividade.

Conforme Sevckenko (2001), a aceleração dos ritmos do cotidiano em consonância com a invasão dos implementos tecnológicos proporcionou uma mudança na sensibilidade e nas formas de percepção sensorial das populações metropolitanas que representou uma ampliação da visão como fonte de orientação e interpretação. Dessa forma, a supervalorização do olhar em detrimento dos demais sentidos influenciou na percepção do mundo físico.

O turismo de aventura se apresenta como uma possibilidade de discussão desta questão de sensibilidade da sociedade contemporânea, ao passo que nas práticas de aventura a experiência sensível se mostra mais pessoal e duradoura. Nessa experiência, um conjunto de sensações se evidencia – olfativas, táteis, visuais, auditivas – através do contato com o meio ambiente e com o rompimento com as regras de equilíbrio cotidianas.

Bruhns (2003) destaca que caminhar por uma trilha com um contato íntimo com o ambiente natural, incluindo todas as dificuldades e obstáculos presentes nessa experiência, talvez possa ser um exercício dos sentidos. A partir de uma concepção semelhante Spink et al (2005) expõem a exacerbação dos sentidos no encontro com a natureza através das práticas de aventura.

Dessa forma, pode-se inferir que a busca por uma experimentação dos sentidos através do contato com a natureza pode ser uma das possibilidades orientadoras da opção pelo turismo de aventura. Procura-se literalmente um “mergulho na natureza”, o que revela uma “emoção à flor da pele”, experimentando a aventura ou captando-a através de todos os poros do corpo (BRUHNS, 2003).

A autora destaca que esse aprendizado da experimentação, que induz a sensibilização, desvenda um modo de conhecer especial, ou seja, o conhecimento do ambiente decodificado via informações do corpo. E este corpo passa a ser um campo informacional, concebido como receptor e emissor de informações (MIRANDA, 1995 apud BRUHNS, 2003).

Tendo em mente que as práticas de aventura se baseiam em atividades que estabelecem a perda momentânea do equilíbrio e segurança corporal, induzindo uma modificação na relação do indivíduo com o seu corpo, entende-se a ressignificação dada ao corpo: o corpo como o meio e o fim. Dessa forma, a sensibilização e a relação corporal provocadas pelas viagens de aventura ilustram a multiplicidade de efeitos resultantes dessa moderna prática de lazer.

Para complementar esta discussão vale acrescentar a temática da sociabilização originada nas práticas de aventura. Em oposição ao pensamento de Betrán (2003), que as caracteriza como atividades individualizadas, Villaverde (2003) considera que as formas de sociabilidade exercitadas podem ser bastante intensa e qualificada.

Tendo em vista que a atividade turística oportuniza um abastado locus de relações interpessoais, de vivência e de relações com o mundo, ressalta-se o turismo de aventura por inovar na relação com o corpo e com a natureza e por possibilitar ao praticante o exercício de uma nova relação consigo mesmo, a vivência diferenciada do mundo e a experiência de formas renovadas de sociabilidade e subjetividade (VILLAVERDE, 2003).

Destaca-se que diferente do que ocorre nos esportes tradicionais, nos quais há uma separação por sexo e idade, tem-se nas práticas de aventura uma mesclagem de crianças aos idosos, de atletas aos portadores de necessidades especiais, de homens e mulheres. Todavia a seleção do público dar-se em função das dificuldades que algumas atividades impõem.

A combinação de indivíduos heterogêneos revela uma grande possibilidade de troca de experiências nas aventuras, haja vista que são exigidos comportamentos adaptativos em benefício da união do grupo, em prol da qualidade e da segurança da vivência. Confiança, integração, experimentação, cooperação, composição e respeito são sentimentos relacionados com as viagens de aventura e que possibilitam a sua aproximação com a discussão contemporânea acerca da subjetividade e da sociabilidade.

Segundo Villaverde (2003) a configuração assumida pela dinâmica das práticas de aventura vividas coletivamente na natureza, sob a pressão da intensidade e das composições interindividuais, parecem criar novas formas de sociabilidade, em especial nas relações de amizade, percebida como forma de subjetivação coletiva. Nesse sentido, o que se evidencia nas viagens de aventura e que as caracteriza pelas renovações e transformações, é a relação do indivíduo consigo mesmo, com o meio ambiente e com a alteridade.

O cenário do turismo de aventura apresentado confirma a dimensão complexa deste segmento e sinaliza a produção e reprodução dos processos organizacionais que comportam

não somente os aspectos referentes aos riscos, à natureza, às tecnologias, mas também nas relações do indivíduo consigo, com o outro e com o mundo.

Considerações Finais

É preciso destacar que as idéias expostas no presente estudo podem não dar conta da totalidade de suas reflexões, em virtude da multiplicidade de temas inerentes ao contemporâneo nicho do turismo de aventura, mas são representativas de alguns desenvolvimentos teóricos sobre o tema, corroborando para sinalizar a diversidade de aspectos que são pertinentes à discussão desse segmento e que não são aparentemente percebidos.

A reflexão acerca do sistema de aventura fundamentada na dialógica dos paradigmas da complexidade e da visão ecológica, numa concepção para além das obviedades aparentes, reducionistas, conduziu a um olhar que transcende as características mercadológicas (oferta e demanda), um olhar da amplitude do fenômeno.

Na perspectiva do pensamento ecológico complexo, ressalta-se da reflexão acerca do turismo de aventura a produção de novas práticas corporais, que aliam acrobacias, tecnologias e natureza; a aproximação do homem com a natureza, em virtude das vivências prevalecerem em ambientes naturais; a indução de um novo modelo de corporeidade, haja vista que o corpo é percebido não só como um meio para alcançar um objetivo, mas também como um fim em si mesmo; a exacerbação dos sentidos, através da experimentação do ambiente natural que proporciona sensações olfativas, táteis, visuais, auditivas; a exposição ao risco, como forma produção de emoções fortes; a construção de novas formas de sociabilidade, pois indivíduos heterogêneos convivem em prol da experiência qualificada e segura do grupo; como aspectos fundamentais para a concepção de uma reflexão que responda às suas particularidades e idiosincrasias.

Contudo, a partir de um olhar orientado para a totalidade e complexidade do fenômeno da aventura, como foi proposto, observa-se a necessidade de reflexões, planejamentos e regulações que contemplem o múltiplo, o plural, o indefinido e o global que residem nas novas concepções do pensamento atual.

Referências

BETRÁN, J. O. Rumo a um novo conceito de ócio ativo e turismo na Espanha: As atividades físicas de aventura na natureza. In: MARINHO, A e BRUHNS, H. T. (Orgs.) **Turismo, Lazer e Natureza**. Barueri: Manole, 2003.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de Aventura** – Regulamentação, normalização e certificação. Brasília, 2005.

BRUHNS, H. T. No Ritmo da Aventura: Explorando sensações e emoções. In: MARINHO, A e BRUHNS, H. T. (Orgs.) **Turismo, Lazer e Natureza**. Barueri: Manole, 2003.

CAPRA, F. **A Teia da Vida**: Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. SP: Editora Cultrix, 1996.

JESUS, G. M. A leviana territorialidade dos esportes de aventura: um desafio à gestão do ecoturismo. In: MARINHO, A e BRUHNS, H. T. (Orgs.) **Turismo, Lazer e Natureza**. Barueri: Manole, 2003.

MORIN, E. **Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro**. 10ed. SP: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2005.

PENA-VEGA, A. **O Despertar Ecológico**: Edgar Morin e a ecologia complexa. RJ: Garamond, 2003.

SEVCENKO, N. **A corrida para o século XXI**: No loop da montanha-russa. SP: Companhia das Letras, 2001.

SPINK, M. J.; ARAGAKI, S. S.; ALVES, M. P. Da Exacerbação dos sentidos no encontro com a natureza: contrastando esportes radicais e turismo de aventura. In: **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.8, n.1, Porto Alegre, jan/dez de 2005.

SWARBROOKE, J. **Turismo de aventura**. SP: Aleph, 2003.

VILLAVARDE, S. Refletindo sobre lazer/turismo na natureza, ética e relações de amizade. In: MARINHO, A e BRUHNS, H. T. **Turismo, Lazer e Natureza**. Barueri: Manole, 2003.